

TEMPO PRESENTE E NARRATIVA: ENTRE A EXPERIÊNCIA E A INTELIGIBILIDADE.

José Adilson Filho

Mestre em História (UFPE) e Doutor em Sociologia (UFPB). Leciona na Fafica (Caruaru) e na AEB (Belo Jardim – PE) e é pesquisador do NUPESQ-Fafica.

adilsonfilho.clio@bol.com.br

Nas últimas décadas vimos um turbilhão de acontecimentos mudarem a cena política, econômica e cultural das sociedades contemporâneas. Regimes políticos, ideias, valores, técnicas e ideologias são ressignificadas ou implodidas pela fluidez da sociedade moderna e “globalizante”. Nesta nova condição histórica, marcada pela ubiquidade da mídia e a onipresença do capitalismo, temos a sensação de estarmos vivendo sob um “tempo saturado de ágoras”. O “tempo presente” e “os homens presentes” devem ser também a matéria de estudo do historiador e, não apenas um passado longínquo ou distante da sua experiência de vida. Estudar historicamente o tempo imediato ou mais próximo da nossa própria existência implica numa ruptura com aquela ideia que diz que somente conhecemos aquilo que já virou passado. O tempo próximo não deve ser um campo exclusivo dos sociólogos, jornalistas e cientistas políticos, uma vez que ele também possui um “sentido” histórico. Sendo assim, o desafio de apreender historicamente acontecimentos que emergem no calor da hora, aprofunda as tensões e dramaticidade da relação entre o autor e o ator, a análise e o vivido.

Assim, o fato de estarmos imersos nesta realidade, traz-nos novos desafios e implicações às formas de interpretação da realidade. Justamente por se definir pela sua forma ambígua e ambivalente. Uma condição ambivalente é aquela que se caracteriza por se apresentar ao mesmo tempo, próxima e distante, conhecida e estranha, atrativa e repulsiva aos seres humanos que vivem e compartilham os dramas e as expectativas de uma mesma condição histórica exercida sobre o signo da informação acelerada e alienante, de uma certa tentativa de homogeneização do mundo através da cultura de massas, mas que também encontra resistências no aumento das lutas pela afirmação das identidades locais, das diferenças e, mesmo, da produção de novas utopias contra os autoritarismos, o neoliberalismo e o capitalismo globalizado.

O historiador do tempo presente vive a radicalidade de uma com-vivência direta com os signos paradoxais do seu tempo. Ou seja, está “forçado” a viver junto, a sentir e pensar e agir sobre o mundo no qual se desenvolve a sua própria narrativa.

Como conhecer historicizar o presente imediato?

“Seria vão tentarmos nos tornar nosso próprio historiador: o historiador é também criatura histórica”.
Jean- Paul Sartre.

O ilustre filósofo francês Jean-Paul Sartre, na epígrafe acima demonstra a sua posição contrária à tentativa do historiador apreender o seu próprio tempo. Talvez por isso mesmo, o tempo presente tenha sido a área de interesse por excelência de sociólogos, cientistas políticos e jornalistas, cabendo apenas aos historiadores o domínio do passado, sobretudo, de um passado distante.

Se num vôo de pássaros fizéssemos uma viagem às origens da História, enquanto conhecimento temporal das ações humanas, perceberíamos que tanto Heródoto como Tucídides – seus “inventores” – foram historiadores do tempo presente, justamente porque se debruçaram sobre aquilo que as suas visões alcançavam. Neste caso, pressupõe-se que o saber histórico nasceu como o testemunho de uma temporalidade vivida e conhecida, muito diferente da análise estrutural feita pelas metanarrativas. A etimologia da palavra História surgiu com um sentido diverso do conceito científico. Segundo Jeanne Marie Gagnebin:

A palavra historie não pode ser simplesmente traduzida por história. O nosso conceito implica um gênero científico bem determinado; a palavra grega historie tem, nesta época e neste contexto, uma significação muito mais ampla: ele remete a palavra histôr, “aquele que viu, que testemunhou”. O radical comum (v)id está ligado a visão (videre, em latim ver), ao ver e saber (oida em grego significa eu vi e eu também sei, pois a visão acarreta o saber). Heródoto quer apresentar, mostrar a (apodexis) aquilo que viu e pesquisou. Trata-se, então, de um relato de viagem, de um relatório de pesquisa, de uma narrativa informativa e agradável que engloba os aspectos da realidade digno de menção e de memória. (...) Heródoto fala daquilo que

ele mesmo viu, ou daquilo que ouviu falar por outros; ele privilegia a palavra da testemunha, a sua própria ou a de outrem. Inúmeras vezes no decorrer de sua própria narrativa, o nosso viajante menciona as suas “fontes”, se ele mesmo viu o que conta ou só se ouviu falar e, neste caso, se “o informante” tinha visto, ele mesmo, ou só ouvido falar. (...) O período cronológico alcançado se limita, portanto, a duas ou três gerações antes da sua visita, pois o resto do tempo se perde no não mais visto, isto é, no não-relatável. Em oposição ao nosso conceito de história, esta pesquisa, ligada à oralidade e à visão não pretende abarcar um tempo distante.¹

Contudo, na perspectiva atual, pensar historicamente o tempo presente tem sido uma tarefa desafiadora, pois a inteligibilidade do contemporâneo é vista muitas vezes como uma espécie de violência conceitual. Para Connor, esta concepção está baseada num sentido inerente entre a experiência e o conhecimento, isto é, uma crença de que, quando experimentamos a vida, só podemos compreendê-la parcialmente e de que, quando tentamos compreender a vida, deixamos de experimentá-la de fato. De acordo com esse modelo o ato de conhecer está condenado a chegar tarde demais à cena da experiência.²

Esta crítica é freqüentemente invocada contra aqueles que se aventuram a fazer a história do vivido. A objeção mais forte segundo Jean-Pierre Rioux, está relacionada à proximidade do autor e ao caráter efêmero do presente. Presente esse cada vez mais amassado, triturado, transformado sem trégua, sob o triplo efeito da mediatização do acontecido, da ideologização do ato e dos efeitos de moda na apreensão de um curso da história? Se nosso presente é doravante uma sucessão de flashes, de delírios partidários e de jogos de espelho, como sair dele para erigi-lo em objeto de investigação histórica?³

Seria, portanto quase impossível ao historiador manter a lucidez da análise, pois estaria mergulhado numa corrente de incertezas, numa confusão que o incapacitaria de saber distinguir a hierarquia das motivações inscritas nos acontecimentos. Assim, os

¹ GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. Rio de Janeiro, Imago, 1997, p. 17,18.

² CONNOR, Steven. **Cultura pós-moderna. Introdução às teorias do contemporâneo**. São Paulo, Loyola, 1993, p. 11.

³ RIOUX, Jan-Pierre. In. **Questões para a história do presente**. (orgs.) CHAVEU, A, TÉTART, Philippe. São Paulo, Edusc, 2000, p. 41.

críticos desta concepção, acham por bem sugerir aos seus adeptos que renunciem a tal pretensão em nome, de jornalistas, sociólogos, cientistas políticos e economistas, os quais estariam mais preparados para fazer uma abordagem do tempo próximo.

Daí tem resultado a grande dificuldade de o historiador contemporâneo ter uma conduta igual à de Heródoto e Tucídides – isto é, ser aquele indivíduo que possuía uma atitude de ver, olhar para os fatos, para testemunhar o comportamento dos homens. Hoje, ao contrário do que se acreditava naquela época, a narrativa ganha consistência quanto mais longe estiver da presença física do pesquisador. Não é à toa que Nietzsche irá criticar esta tradição, que, segundo ele, em nome da verdade histórica, da busca da essência das coisas, direcionava seu olhar para um passado cada vez mais remoto, esquecendo-se do mundo vital e corpóreo próximo dele.⁴

Entre os historiadores brasileiros, sempre houve uma forte recusa a escrever sobre o presente. A maior parte das obras historiográficas publicadas e das teses e dissertações defendidas sobre História do Brasil são estudos sobre o Período Colonial e Monárquico e os períodos da República Velha e Populista. A produção sobre o período mais recente da nossa história – a fase do Regime Militar, e principalmente as décadas de 1980 e 1990 da chamada República Nova – é dominada pelas reflexões de jornalistas, sociólogos e cientistas políticos entre outros.

Em função desta posição, a contribuição renovadora dos historiadores sobre o fenômeno do poder local, isto é, da longevidade de algumas famílias nos governos das pequenas e médias cidades do Brasil contemporâneo, tem sido relativamente pequena. O debate não tem levado em consideração o impacto das mudanças sociais, econômicas e culturais em relação à subjetividade dos atores. Tratam-se as elites e os demais atores circunscritos à topografia das cidades interioranas mediante uma perspectiva naturalista, onde os indivíduos por mais que ensaiem as mudanças, estão presos às determinações de um passado reacionário e arcaico que serve como barreira ao progresso.

Mas como bons artesãos do tempo não devemos negligenciar a dimensão histórica do presente. Porque somos interpelados a contribuir com o nosso olhar retrospectivo sobre este tempo acelerado e instantâneo em que vivemos. Um tempo em que as pessoas vivem seu presente como já possuído de um “sentido” histórico. E

⁴ Ver Nietzsche, **a genealogia e a história**. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1990.

somente isso seria suficiente para dotá-la de uma identidade, para libertar a história contemporânea de sua imperfeição.⁵

Na contemporaneidade, somos instados a reconhecer que fazemos parte de uma engrenagem que nos atravessa por todos os lados, do macro ao micro. Principalmente quando esta engrenagem manifesta-se numa escala micrológica como é a vida nos pequenos municípios, lócus de reciprocidade intensa entre os indivíduos e a história. Como observou Marx, “o homem não é um ser abstrato, agachado fora do mundo. O homem é o mundo do homem”.⁶ O presente nos impõe a consciência da nossa condição humana e seu caráter precário e temporário, algo importante para vermos a história com menos ilusionismo, sem a comodidade de um sentido determinando o seu curso até um final feliz.

Nos últimos tempos, diversos historiadores a despeito de suas preferências teóricas, vem demonstrando sem nenhum devaneio como seu pensamento e obras foram profundamente marcados por alguns acontecimentos radicais do século XX. Um bom exemplo é a recente reflexão do historiador Eric Hobsbawn, que como grande estudioso dos séculos XVIII e XIX, vem aproximando sua escrita de um tempo que se confunde virtualmente com a sua própria existência. O resultado está expresso na sua obra mais contemporânea – A Era dos Extremos. Ele mesmo faz questão de confessar a influência da experiência individual no resultado final do seu trabalho.

Cito minha experiência não porque deseje persuadir vocês a verem o século 20 também nessa perspectiva, mas apenas para demonstrar a diferença que significa viver dois ou três anos dramáticos e como isso, repercute na maneira como um historiador considera o passado. Será que um historiador, escrevendo num período de cinquenta anos, verá nosso século sob essa luz? Quem sabe? Não importa se eu me preocupo. Mas é quase certo que ele estará menos à mercê de movimentos de prazo relativamente curto de clima histórico, conforme experimentados por aqueles que os vivem. É essa a dificuldade do historiador do seu próprio tempo.⁷

⁵ NORA, Pierre. **O retorno do Fato**. In. (Orgs.) LEE GOFF, Jacques, NORA Pierre. História: Novos Problemas, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1995, p. 180.

⁶ MARX apud Rubem Alves. IN **O enigma da Religião**, São Paulo, Ed. Papyrus, 1988, p. 18.

⁷ HOBBSAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo, Cia, das Letras, 1988, p. 252.

Esta imersão do historiador com o seu tempo, mostra que a definição da história do Tempo Presente passa principalmente pela referência de uma nova relação entre o cientista e seu campo de investigação⁸. A diferença entre ser um historiador do presente em relação a um medievalista ou modernista, por exemplo, é que poderá descrever o que “viveu”, investindo sua presença física. Já os outros, falam de um tempo que não é o seu, que não puderam experimentar. A esse respeito é muito importante a defesa que Roger Chartier faz daquele tipo de Historiador.

*O historiador do tempo presente é contemporâneo de seu objeto e, portanto, partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais. Ele é, pois, o único que pode superar a descontinuidade fundamental que costuma existir entre o aparato intelectual, afetivo e psíquico do historiador e de homens e de mulheres que ele descreve. Ao contrário do historiador dos tempos consumados, para o historiador do tempo presente parece infinitamente menor a distância entre a compreensão que ele tem de si mesmo e a dos atores sociais históricos, modestos ou ilustres, cujas maneiras de sentir e de pensar ele reconstrói.*⁹

Percebe-se que este tipo de historiador não sonha com a pura objetividade, mesmo porque ela não existe. Ele na verdade procura recusar a doxa que afirma que só se deve falar com razão do passado morto. Nenhum passado morre, pois, inerva continuamente a história dos indivíduos.¹⁰ Inspirado por estes estudiosos do seu tempo, pude perceber que o historiador do presente pode conhecer e reconhecer mais do qualquer outro as armadilhas e imprecisões que afetam o seu ofício, de tal maneira que quando busca a compreensão de uma história próxima, seu olhar é sempre retrospectivo. É esta escuta do passado que o torna tão historiador quanto os outros.

A história contém uma dimensão religiosa, se entendermos que *religare* no latim significa ligação. Assim a História liga o presente ao passado, os vivos aos

⁸ CHAUVEAU, A, TÉTART, Philippe. Op, cit, p. 31.

⁹ CHARTIER, Roger. **O historiador modernista**. In : Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro, FGV, 1998, p. 224.

¹⁰ TÉTART, Philippe. **Pequena história dos historiadores**. São Paulo, Edusc, 2000, p136.

mortos. De modo que por mais contemporânea que seja a nossa reflexão histórica, ela sempre será tributária do passado. No entanto, o presente é sempre o ponto de partida para qualquer investigação histórica, pois é a partir dele que sentimos o desejo de conhecer e explicar as experiências humanas. Mas isso somente é possível tendo o passado como lastro. Aí reside, portanto, a diferença da perspectiva historiográfica em relação ao jornalismo e à ciência política. O historiador, embora dialogue com seus confrades das ciências sociais, procura sempre inserir o acontecimento singular na cadeia de um tempo significativo, tenta distinguir o perdurável do efêmero, relata os fatos sem ser perseguido pela hora do fechamento, recorre sempre à dialética do passado-presente, presente-passado.

Insiste-se muito na crítica de que não se conhece o “fim” dessa história. Ora, sabemos que toda história é uma construção provisória, um processo inacabado cujo desfecho somente é possível acontecer no texto. Para usar uma frase bem conhecida de Benjamim diria que “a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de agoras”.¹¹ Daí deduzirmos que não importa o tempo no qual vai se dar o estudo da História, porque ele estará sempre revestido de historicidade.

1.4 – Presente e história política

Nos últimos trinta anos, fomos surpreendidos pelo retorno de alguns temas outrora considerados entulho historiográfico. Destes, a narrativa, a história política e o presente representavam os suprimidos do vocabulário do historiador “crítico”, cuja virtude não é mais forjar o cidadão patriótico, o soldado da nação, mas revelar os movimentos, as durações das formações sócio-econômicas, os conflitos de classes, as mentalidades, as estruturas e conjunturas, a longa e média duração como elementos determinantes do processo histórico. Os acontecimentos do presente, sobretudo, a história política seriam tratados como um devir menor no rol das preocupações historiográficas de algumas gerações de historiadores.

¹¹ BENJAMIM, Walter. Op. cit,229.

Dentre estes encontram-se as gerações formadas na esteira da influência dos Annales, a qual seguindo uma tradição marxista, desfecharia com mais sofisticação teórica e metodológica um golpe mortal à História Tradicional. Tal perspectiva fora considerada por Lucien Febvre como uma “história historicizante”, isto é, presa às batalhas e aos jogos diplomáticos; daí ser completamente difícil reconhecer-lhe qualquer estatuto de ciência histórica. Na mesma linha de pensamento segue Braudel, um dos seus maiores críticos, para o qual os “acontecimentos são como perturbações superficiais, espumas de ondas que a maré da história carrega em suas fortes espáduas”.¹²

Não é somente um acerto de contas com a chamada história acontecimental, mas com a própria ideia de história como arte ou como narrativa dos homens. Com os Annales, a história vira problema, tornando-se a ciência dos homens nos seus mais diversos aspectos e nas suas relações mais profundas. Mas a política fora estigmatizada e o tempo presente, na sua face mais imediata deixada ao interesse dominante das ciências sociais e do jornalismo.

A história política-narrativa será traduzida pejorativamente como aquela que coloca em evidência os indivíduos e os acontecimentos numa sucessão contínua e linear sob o impulso do progresso. Já o tempo com o qual trabalha o historiador estruturalista é um tempo marcado pela profundidade e a oscilação de movimentos lentos e de grande envergadura. É por excelência o tempo braudelianiano que quer tornar “invisível” o evento e a política. Conforme Roland Barthes, representa “o apagamento (quando não o desaparecimento) da narração na ciência histórica atual, procurando falar das estruturas mais do que das cronologias [...] o signo da história é, daqui para frente, menos o real do que o inteligível”.¹³

A narrativa nunca desapareceu, pois, conforme Paul Ricouer, a história sem este elo por mais tênue que ele seja, não poderia tornar-se compreensível¹⁴. Até porque não existe história dissociada do ato de contar, o que existe são formas diferentes de narrar a experiência humana. Nesse sentido, os Annales e os vários marxismos não

¹² BRAUDEL, Fernando apud BURKE, Peter in: **A escola dos Annales. A revolução historiográfica francesa**. São Paulo, Unesp, 1997, p. 48.

¹³ BARTHES, Roland apud HARTOG, François. **A arte da narrativa histórica**. In: Passados recompostos. Campos e canteiros da história. (Orgs.) BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/FGV, 1998, p. 196.

¹⁴ Sobre a relação entre tempo e narrativa histórica e ficcional. Ver RICOUR, Paul In: **Tempo e narrativa**. Tomo I e II. Campinas, Papyrus, 1995.

fizeram outra coisa senão a construção de uma outra maneira de narração dos fatos, diferentemente do que imaginavam ter feito: a destruição da história-narrativa.

Da mesma forma, via-se a história política como anedótica, individualista, factual, psicologizante, ou seja, reunia todos os defeitos do gênero de história do qual toda uma geração almejou encerrar o reinado e precipitar a decadência. Foi a história política, portanto, quem forneceu as bases para a renovação historiográfica dos Annales. Atualmente, porém, a ressurreição do tempo presente e da história política é incondicional. Aumentam incessantemente as revistas, os curós, filmes, documentários sobre a história política sob um viés mais narrativo. Esta fome de conhecer o presente é também estimulado pelo mercado, mas revela, por sua vez, a própria sensibilidade e interesse histórico de amplos segmentos da sociedade pela compreensão do tempo vivido. Para o historiador o retorno à História Política dá-se num contexto bem diferente daquele que era praticado segundo as lições de Charles Seignobos. Ela aprendeu com a crítica e agora ressurge com linguagem e métodos diversificados na medida em que incorpora saberes das várias ciências do homem, tais como: a Ciência Política, a Sociologia, a Estatística, a Demografia, a Antropologia, a Semiótica, entre tantas outras. Como atesta René Remond, um dos seus mais ilustres renovadores:

A renovação da história política foi grandemente estimulada pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas. É uma verdade geral a utilidade, para todo saber, de abrir-se a outros e acolher contribuições externas, mas o objeto da história política, sendo por sua natureza interdisciplinar, torna isso uma necessidade imperativa mais do que para outros casos. É impossível para praticar o isolamento: ciência-encruzilhada, a pluridisciplinaridade é para ela como o ar de que ela precisa para respirar.¹⁵

Como vimos, a narrativa, o acontecimento, a história política não desapareceram, apenas (cf. Ricouer) viveram uma espécie de eclipse. O seu retorno dá-se numa dimensão mais complexa, marcada por mudanças paradigmáticas, pela velocidade das informações e inovações tecnológicas e pelo encurtamento das distâncias espaço-temporais que atingem o cotidiano dos indivíduos. A vida das pessoas é cada

¹⁵REMOND, René. (org.) **Por uma história Política**. Rio de Janeiro, UFRJ/ FGV, 1996, p.29.

vez mais passa a ser dominada pelo signo da produção midiática, pela economia das imagens e do espetáculo. E a política nutre-se disso para continuar sendo legitimada pelo imaginário coletivo.

Em tempo de crise do social, ou mesmo da própria idéia de sociedade, o indivíduo é redescoberto como aquele que não somente faz parte de uma coletividade, mas que possui uma singularidade, um jeito de ser que o torna específico.

A história do tempo presente ressurgue neste contexto marcado pela emergência da subjetividade e de uma relação mais nítida entre a análise e o vivido, entre o sentir, agir e o autoconhecimento. Talvez seja por isso mesmo tão difícil escrever sobre o presente, uma temporalidade aparentemente *fugit*, efêmero e, portanto, difícil de ser apreendido historicamente. Mesmo assim cresce incessantemente o interesse dos historiadores pelo seu tempo como objeto de estudo.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Rubem. **O enigma da Religião**, São Paulo, Ed. Papirus, 1988
- BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/FGV, 1998
- BURKE, Peter in: **A escola dos Annales. A revolução historiográfica francesa**. São Paulo, Unesp, 1997
- CONNOR, Steven . **Cultura pós-moderna. Introdução às teorias do contemporâneo**. São Paulo, Loyola, 1993
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1990
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. Rio de Janeiro, Imago, 1997
- HOBBSBORN, Eric. **Sobre História**. São Paulo, Cia, das Letras, 1988,
- MORAIS, Marieta. (org.) **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, FGV, 1998,
- NORA, Pierre. **O retorno do Fato**. In. (Orgs.) LEE GOFF, Jacques, NORA Pierre. **História: Novos Problemas**, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1995.
- ¹REMOND, René. (org.) **Por uma história Política**. Rio de Janeiro, UFRJ/ FGV, 1996,¹
- RICOUR, Paul In: **Tempo e narrativa**. Tomo I e II. Campinas, Papirus, 1995.
- RIOUX, Jan-Pierre. **Questões para a história do presente**. (orgs.) CHAVEU, A, TÉTART, Philippe. São Paulo, Edusc, 2000